



Passarinho: reforço do GDF

Mercadante é jurado de morte

Passarinho pede a Maurício Corrêa seguranças para parlamentares da CPI

O presidente da CPI do Orçamento, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), telefonou ontem ao ministro da Justiça, Maurício Corrêa, e solicitou policiais federais para cuidar da segurança de integrantes da comissão e seus familiares, que receberam ameaças de morte. Passarinho não revelou os nomes dos ameaçados. "São parlamentares que têm se destacado nos depoimentos por inquirições duras", limitou-se a dizer.

Passarinho pediu também ao presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB), reforço no esquema de segurança da comissão. O presidente da CPI resolveu telefonar para o governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, para que mande homens da Polícia Militar à

paisana para ajudar na segurança, já que não há agentes da Polícia Civil disponíveis.

O deputado Aloizio Mercadante (PT-SP) recebeu dois telefonemas em que foi "jurado de morte". Também a família do deputado foi ameaçada. Dois agentes de segurança já estão acompanhando o parlamentar, que tem sido um dos mais duros inquisidores na CPI. Além de Aloisio, mais três deputados da CPI receberam ontem ameaças por "terem feito perguntas duras" durante os últimos interrogatórios.

Além das ameaças de morte, a CPI tem enfrentado problemas com a guarda dos documentos recolhidos para a investigação. Durante o depoimento do deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), quarta-feira, su-

miram documentos da subcomissão, coordenada pelo senador José Paulo Bisol (PSB-RS), que analisa a evolução patrimonial dos acusados. Há suspeitas de que houve vazamento de informações sobre o questionário preparado pela subcomissão para Fiúza. O problema da guarda dos documentos é agravado pelo fato de que o cofre reservado à subcomissão está com a porta emperrada.

Antes do depoimento de Fiúza, qualquer integrante da CPI, mesmo não sendo da subcomissão, podia retirar, sem qualquer controle, as declarações de bens que estão sendo devassadas pela Receita. Depois do vazamento, Bisol resolveu devolver todos os documentos à Receita, de onde só são retirados quando houver necessidade.